

O desenvolvimento imediatista que despreza os recursos naturais

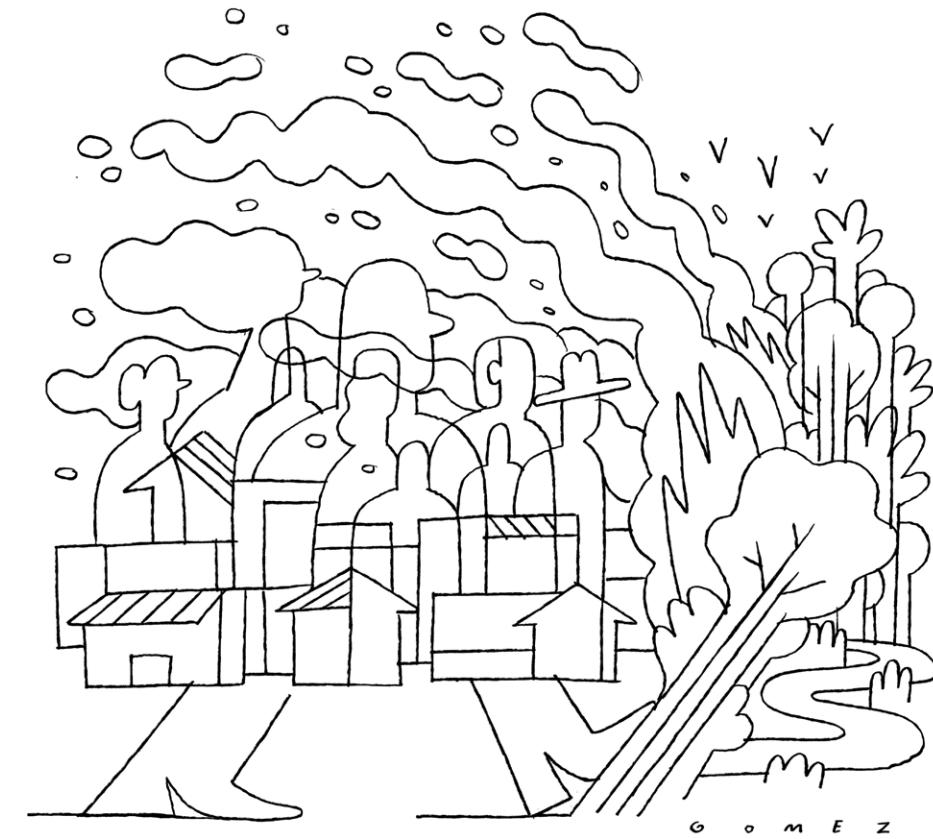
» VALDIR ADILSON STEINKE

Professor do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB)

Planaltina, uma das cidades mais antigas e historicamente significativas do Distrito Federal, guarda em suas raízes um profundo testemunho das transformações socioambientais que marcaram o desenvolvimento do Brasil central. Desde seus primeiros dias, muito antes da construção de Brasília, Planaltina tem se desenvolvido em um ritmo que, por vezes, desconsidera a necessidade de uma integração harmoniosa entre crescimento urbano, preservação ambiental e equidade social. Esse crescimento, marcado por uma expansão tumultuada e carente de planejamento estratégico, frequentemente negligencia as necessidades mais fundamentais de sua população e a riqueza natural que a cerca. Diante dessa realidade, torna-se urgente a formulação de políticas públicas que reconheçam e valorizem a singularidade histórica e ambiental de Planaltina, promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

No centro do patrimônio natural de Planaltina, a Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESEC-AE) se destaca como um espaço de relevância ímpar para a ciência e para a conservação ambiental. Esse local único, com suas características geomorfológicas excepcionais, é conhecido pelo fenômeno hidrológico raro que abriga: a interconexão de nascentes que alimentam duas das maiores bacias hidrográficas brasileiras: a Bacia do Tocantins e a Bacia do Paraná. Essa singularidade transforma a ESEC-AE em um ponto de convergência vital para a segurança hídrica do país, desempenhando um papel crucial na manutenção da qualidade e da disponibilidade de água doce, um recurso cada vez mais escasso e estratégico. A fragilidade ecológica da estação, aliada à sua função como um reservatório de biodiversidade, exige uma gestão ambiental pautada pela precaução e pela responsabilidade intergeracional.

No entanto, o projeto de criação da Área de Desenvolvimento Econômico de Planaltina, proposto para ser implantado nas proximidades da ESEC-AE, configura-se como uma séria ameaça a esse ecossistema de importância nacional e internacional. O impulso para o crescimento econômico, sem a devida consideração das particularidades ambientais da região, revela uma visão míope que subestima a relevância de preservar um patrimônio natural de valor inestimável. As atividades econômicas que se pretende desenvolver nas imediações da estação ecológica, se não forem criteriosamente avaliadas e monitoradas, podem desencadear processos de degradação que resultariam na perda irreversível de biodiversidade, na alteração do microclima local e, sobretudo, na contaminação dos mananciais hídricos que são



essenciais não apenas para o Distrito Federal, mas para vastas regiões do Brasil.

Essa situação evidencia a necessidade de uma reavaliação urgente das políticas de desenvolvimento territorial e ambiental do Distrito Federal e do Brasil. A preservação de áreas ecologicamente sensíveis, como a ESEC-AE, deve ser tratada como uma prioridade estratégica, fundamentada em princípios éticos que transcendam interesses econômicos imediatistas. Somente por meio de uma governança ambiental responsável, que promova um equilíbrio entre desenvolvimento e conservação, será possível garantir um futuro em que o crescimento econômico ocorra de maneira sustentável, respeitando os limites naturais e assegurando qualidade de vida para as futuras gerações.

Infelizmente, a ameaça à Estação Ecológica de Águas Emendadas não é um episódio isolado, mas, sim, parte de uma longa sequência de decisões equivocadas de gestão territorial que têm caracterizado o Distrito Federal. Desde a sua concepção, o DF tem enfrentado dificuldades em equilibrar o crescimento urbano acelerado com a preservação de seu rico patrimônio ambiental, frequentemente priorizando interesses de curto prazo e subestimando as consequências a longo prazo dessas escolhas.

O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), aprovado em 2024, é um exemplo recente de como a gestão territorial do DF continua a repetir erros históricos. Embora o PPCUB tenha sido defendido como uma tentativa de ordenar o crescimento urbano e proteger o patrimônio histórico de Brasília, na prática, ele tem aberto margens para flexibilizações que favorecem a expansão imobiliária e a ocupação de áreas sensíveis, sem a devida consideração aos impactos ambientais e sociais dessas intervenções.

É crucial que o Distrito Federal e o Brasil como um todo assumam uma postura mais crítica e responsável em relação à gestão de seus recursos naturais e culturais. É necessário romper com os padrões históricos de exploração e degradação que têm marcado o desenvolvimento regional e adotar uma nova visão, orientada por princípios de sustentabilidade e justiça ambiental. O futuro do DF e de cidades como Planaltina depende de nossa capacidade de aprender com os erros do passado e de construir um modelo de desenvolvimento que valorize e proteja nossos patrimônios naturais e culturais, garantindo que eles possam ser desfrutados por todas as gerações futuras.

Brasília: berço da tão necessária nova civilização

» IVÂNIA GHESTI

Doutora em psicologia pela Universidade de Brasília (UnB) e membro do Comitê da Primeira Infância do Judiciário do Distrito Federal

A profecia de Dom Bosco sobre Brasília não é só necessária como parece possível, a partir das conquistas realizadas nos cinco anos do Pacto Nacional pela Primeira Infância. Está na hora de pensarmos que, talvez, a civilização não desaparecerá em função das guerras ou da crise climática, mas por desperdiçar suas novas gerações... E Brasília sediou o lançamento de um pacto republicano em prol da garantia do direito ao desenvolvimento humano integral das crianças, que esperamos que nos sucedam com maior capacidade de respeito, equidade e sustentabilidade.

Precisamos construir um novo modelo civilizatório pois, enquanto as neurociências avançam em demonstrar que é nos primeiros anos de vida que se formam as bases da arquitetura cerebral necessária ao pleno exercício da autonomia e da capacidade de autocontrole requerida para convivência pacífica, aprendizagem, cuidado do planeta, de si próprio e dos demais, cerca de 10 milhões de brasileiros e brasileiras não têm acesso garantido a gestação saudável, amamentação materna, presença dos pais após o nascimento, espaços protegidos para brincar, educação infantil e proteção contra violências absurdas. Pois nada é mais absurdo que a violência sexual contra crianças de menos de 6 anos, e os números são alarmantes, assim como a ausência de serviços em quantidade e qualidade necessários para atendê-las quando isso acontece.

Estamos em pleno século 21, o Brasil caminha na perspectiva de se tornar a oitava economia mundial e sedia o G20, mas

a pauta do desenvolvimento humano e do respeito aos direitos das crianças não ganha tanto destaque quanto os conflitos — evitáveis, segundo a ciência, se houvesse investimento na formação saudável do ser humano na primeira infância. Isso envolve também os adolescentes e adultos — futuros (ou já atuais) pais e responsáveis diretos pelas crianças, não apenas materialmente, mas também afetivamente.

Nesse cenário, Brasília sediou, no encerramento de agosto, mês da Primeira Infância, o Seminário internacional dos cinco anos do Pacto Nacional pela Primeira Infância, lançado em 25 de junho de 2019 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nenhum outro país alcançou um nível de articulação interfederativa de mais de 350 instituições congregadas em prol da implementação da prioridade absoluta de garantir os direitos das crianças, adolescentes e jovens, conforme o artigo 227 da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Marco Legal da Primeira Infância.

Vários avanços foram destacados, como a criação da Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância, a criação do Comitê Nacional na Casa Civil com a atribuição de elaborar em 120 dias a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, a criação do Comitê de Primeira Infância dos Tribunais de Contas, a criação da rede de Frentes Parlamentares da Primeira Infância, a priorização dessa agenda pelo Conselho Nacional do Ministério Público, a elaboração do Plano Distrital da Primeira Infância, com autoria das próprias crianças, entre outras promissoras ações.

Além disso, nessa oportunidade, foi encaminhada a criação de uma aliança entre as universidades e uma rede entre as empresas com objetivo de contribuir para atenção integrada às crianças brasileiras nessa maior janela de oportunidades para o desenvolvimento humano, econômico e social sustentável.

Também foi debatida a necessidade de criação de formas adequadas de escuta e depoimento especial de crianças vítimas de violência na primeira infância.

Sobretudo, a realização dessa edição do seminário do Pacto no TST marcou o reconhecimento da importância da licença maternidade e paternidade e da conciliação entre vida familiar e vida profissional para o necessário cuidado dos filhos, especialmente nos primeiros meses de vida, em que se formam os vínculos familiares essenciais. Também foi observada a relação entre privação de renda familiar e exposição das crianças à exploração e trabalho infantil, situações que se agravam em função do racismo estrutural e que, se não forem superadas, não permitirão a ruptura do ciclo de pobreza e desigualdade social que desmoralizam nossa nação.

Brasília, capital de cerca de 20 milhões de crianças na primeira infância, tem o dever e a oportunidade de continuar gestando a integração das competências dos brasileiros e brasileiras para proporcionar esse salto civilizatório em honra à toda a humanidade, que é representada por cada criança, com apoio do Pacto Nacional pela Primeira Infância.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Cérebros distantes

Em um mundo em que as tecnologias e as ciências se converteram no mais importante capital de um país, fica evidente que, quanto mais desenvolvida for uma nação, mais e mais cientistas e pesquisadores ela necessita para manter alto seu padrão de desenvolvimento humano.

Só para se ter uma ideia da importância das ciências para o desenvolvimento de um país, os Estados Unidos investiram aproximadamente R\$ 500 bilhões em pesquisas em 2021 e vêm aumentando gradativamente esses valores a cada ano. Lá, a maioria das centenas de universidades apostam na pesquisa porque sabem que esse é o modelo de ensino que mais atrai investimentos, além, é claro, de conferir prestígio a essas instituições.

O governo federal americano investe pesado em pesquisas acadêmicas por meio de agências como o Departamento de Saúde e Serviços Humanos, o Departamento de Defesa, a Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço, o Departamento de Energia e o Departamento de Agricultura. Os governos estaduais fazem o mesmo, bem como os fundos próprios das instituições, organizações sem fins lucrativos ou apoiadores privados, entre outros negócios.

Esses investimentos são avaliados de forma séria e servem para medir o grau de atividade de pesquisa de uma universidade. Essas instituições são avaliadas ainda por indicadores como publicações, citações, comercialização de descobertas, além de prêmios acadêmicos recebidos. Apenas em 2022, 21 universidades ultrapassaram a marca de US\$ 1 bilhão em pesquisas e desenvolvimento. Somente a Universidade de Johns Hopkins investiu US\$ 3,18 bilhões nessas áreas.

Com relação ao Brasil, no mesmo ano de 2021, segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, foram investidos em pesquisa algo como 1,2% do PIB, que foi de R\$ 8,7 trilhões, mas esse valor vem diminuindo ano a ano. Também o setor empresarial, que, no passado, chegou a destinar grandes somas em pesquisas, passou a reduzir esse tipo de atividade em decorrência das más condições econômicas do país, agravadas pela elevação sem precedentes da carga tributária e de outros encargos.

O Brasil segue na contramão dos países desenvolvidos quando o assunto é investimento em pesquisas. Não por outra razão, profissionais da área, assim que alcançam um patamar de conhecimento respeitável, tratam logo de sair do país em busca de outras instituições e empresas estrangeiras dispostas a bancar, o quanto for, por pesquisas que levem a descobertas valiosas. O fato é que, sem dinheiro, não há ciência nem coisa alguma. A cada novo corte nos gastos do governo, as áreas das ciências e educação são as mais penalizadas.

Desde sempre, nosso país assiste calado a uma verdadeira diáspora científica, com milhares de pesquisadores abandonando o Brasil quer por vontade própria, quer por motivo de convite de empresas e universidades interessadas em seus trabalhos. Em termos de financiamento em pesquisa, não há como competir com países como Estados Unidos, Alemanha ou China. Por outro lado, também não existe por parte do governo uma crença ou convicção sedimentada na importância das pesquisas para o progresso do país.

No último mês de julho, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), por pressão dos próprios acadêmicos do país, anunciou que fará a abertura de um processo de seleção para o Programa de Repatriação de Talentos — Conhecimento Brasil. Pelo edital da iniciativa, haverá a escolha de até mil projetos de pesquisadores que trabalhem no exterior e desejam retornar ao Brasil. A ideia é oferecer uma bolsa mensal, mais verbas para pesquisa, viagens e outros benefícios, como contratação de plano de saúde para a família e previdência.

Um dos empecilhos, além do dinheiro oferecido lá fora, é que as ciências experimentam um novo modelo, em que a mobilidade é parte integrante da própria atividade, já que os pesquisadores precisam trocar informações, conhecer novos métodos, novos equipamentos e um mundo de outros meios para a realização de pesquisas.

Atualmente, há aproximadamente 1.200 pesquisadores brasileiros espalhados por cerca de 42 países, embora o número exato dos que deixaram o Brasil ainda seja desconhecido e pode ser ainda muito maior do que o número indicado por pesquisa da Unicamp. A fuga de cérebros é antiga e persiste, sendo um indicativo de que estamos distantes do ideal de pesquisa e, portanto, do ideal de desenvolvimento.

» A frase que foi pronunciada:

“O mercado de ações está cheio de indivíduos que sabem o preço de tudo, mas o valor de nada.”

Phillip Fisher

Desrespeito

» O marketing agressivo das operadoras de celular não permite que o cliente manifeste sua vontade. Até permite, mas não há treinamento para aceitá-la. Depois de responder que não há interesse na promoção, é apresentada outra oferta. A seguir, uma negativa e outra promoção. E a conversa se desenrola presa em um script lido por alguém desprovido de respeito e empatia. Os idosos são os que mais sofrem.

» História de Brasília

Em vista dos últimos acontecimentos, o prefeito Sette Câmara mandará publicar no “Diário Oficial” todos os pagamentos efetuados pela Novacap. A Comissão entrará em funcionamento imediatamente, não se sabendo, entretanto, do afastamento ou não do dr. Laranja Filho. (Publicada em 18/4/1962)